



Não separar a luta pelo fim da Reforma do Ensino Médio do combate ao ensino a distância e ao avanço do privatismo

Defender a educação pública significa se posicionar por um único sistema de ensino, gratuito, científico e voltado à produção social

Mal iniciou o ano letivo na rede estadual paulista, uma onda de descontentamento vem tomando conta das escolas. Os estudantes não suportam mais as aulas dos denominados “itinerários”, que nada têm de aprendizagem. Os professores, uma parte PEB1 que conseguiu a graduação em pedagogia, não conseguem se ajustar aos itinerários determinados pela escola. Em cada série do ensino médio, há itinerários diferentes. Os professores são obrigados a dar conta de vários itinerários para completar sua jornada de trabalho. Não poucos professores foram empurrados a dar conta de 17 itinerários, que nada têm a ver com a sua formação, como assumir aulas de “educação financeira”.

A situação é tão calamitosa que o próprio secretário da Educação, um empresário, precisou anunciar que fará uma revisão nessa quantidade de itinerários, que já passam de 300. O Ministro da Educação, Camilo Santana/PT, por sua vez, pretende unicamente corrigir os aspectos negativos da Reforma do Ensino Médio, implantada por Temer.

Destruição do ensino

A experiência desastrosa completa sua terceira etapa em 2023. Lembremos que o “Novo Ensino Médio” foi imposto após um grande movimento nacional de ocupação de escolas pelos estudantes, ocorrido em 2015-2016, e depois do golpe de Estado, que destituiu o governo do PT de Dilma Rousseff. A ditadura civil de Temer decretou a Reforma do Ensino Médio em fevereiro de 2017 e, em seguida, a reforma trabalhista. Também, não podemos esquecer que a Reforma do Ensino Médio foi gestada durante o governo petista. No momento, Geraldo Alckmin, atual vice-presidente de Lula, governava o estado de São Paulo, cabendo a João Doria aproveitar o período da pandemia para implantá-lo na rede estadual.

Com a propaganda governamental de que se tratava de uma educação voltada à formação da juventude, visando a despertar interesses profissionais distintos dos do ensino superior, combater a evasão escolar e modernizar o currículo escolar, o “Novo Ensino Médio” chegou às escolas sem que houvesse uma reação por parte das direções sindicais e estudantis. Na época, foram iludidas com

a campanha burguesa de Doria do isolamento social, do “fique em casa”, medidas acompanhadas pela expansão do ensino a distância (EaD). Assim, em 2021, primeira etapa dessa reforma, as aulas eram “remotas”, seguindo as plataformas digitais patrocinadas pela Secretaria da Educação. Com o retorno das aulas presenciais, o “Novo Ensino Médio” já estava em sua segunda etapa.

Uma contrarreforma fracassada

O fundamental está em que essa reforma do ensino reduz gradativamente a formação básica (aulas de português, matemática, história, geografia, filosofia, sociologia, física e química) e aumenta o número de horas para os itinerários. Ou seja, o 1º ano do ensino médio inicia com 900 horas de formação básica e 150 de itinerários; o segundo ano, 600 horas de formação básica e 450 horas de itinerários, e o terceiro ano, 300 horas de formação e 750 horas de itinerários. O aluno permanece mais tempo na escola, com aulas de itinerários. Chegou-se ao ponto, por exemplo, do 3º ano, contar apenas com duas aulas de português. Isso para dar espaço na grade curricular aos projetos, como “pegada ecológica”, “trilhas radicais”, “como fazer doces e pães caseiros” e outros, de natureza puramente distracionista.

Para corrigir a grande quantidade de aulas de itinerários que não eram assumidas pelos professores, o que levou a denúncias de que os alunos passavam o maior tempo no pátio, esse ano, o governo criou inúmeros mecanismos para obrigar o professor assumir a farsa dos itinerários. É visível o fracasso da Reforma do Ensino Médio. Os estudantes aprenderam menos, os professores não conseguem se enquadrar nesses pacotes de itinerários, a evasão escolar continua alta e o descontentamento é generalizado por parte dos pais, alunos e professores.

Obstáculos na luta

Como se vê, a situação é favorável à luta pelo fim à Reforma do Ensino Médio. No entanto, temos pela frente um Ministro e um Secretário da Educação apenas dispostos a reparar o que consideram “pontos negativos”. Como se fosse possível corrigir distorções de uma

reforma que tem como essência a expansão do ensino a distância e a substituição de professores por tutores. E temos, também, direções sindicais e estudantis, que tudo farão para conter o descontentamento dos professores e estudantes, em nome de garantir a governabilidade de Lula. Como a Reforma do Ensino Médio é em nível nacional, essas direções se limitam a criticar a conduta de governadores e secretários vinculados aos partidos direitistas, como é o caso dos bolsonaristas Tarcísio de Freitas e Renato Feder.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE) anunciou que fará manifestações em todo o país contra a Reforma do Ensino Médio. A Apeoesp também se colocou por convocar essa manifestação, prevista para 22 de março. Mas não está pela organização da assembleia estadual e pela paralisação das escolas. Nas regionais, as correntes que apoiaram a eleição de Lula se colocaram contra a paralisação, como foi o caso da reunião de Representantes de Escolas na Lapa. Um Dia Nacional de Luta sem que as direções estejam dispostas a paralisar as escolas e sair às ruas contra a reforma, certamente, não passará de um ato simbólico, de representantes regionais e aposentados.

Um passo importante para derrubar a Reforma do Ensino Médio depende da unidade dos trabalhadores da educação, estudantes e pais. Para isso, é preciso convocar as assembleias sindicais e estudantis. Por outro lado, boa parte do PSOL vem abandonando o campo oposicionista e apoiando a política da burocracia do sindicato, que é da conciliação de classes com o governo Lula. E nas escolas, os grêmios estudantis combativos foram desmontados, o que implica reorganizar um movimento pela construção dos grêmios independentes das direções das escolas e dos governantes.

A Corrente Proletária não separa a luta pelo fim da Reforma do Ensino Médio do combate ao ensino a distância (EAD). As direções, ao contrário, são favoráveis ao EaD, desde que o Estado ofereça as condições para que os alunos tenham acesso – como se o problema se limitasse a uma questão de acesso à tecnologia. Não vincula o EaD com a expansão da privatização na educação básica. Lem-

bremsos que uma parcela das correntes é a favor das reuniões sindicais na forma virtual e se recusa a convocar os professores para as reuniões presenciais. Outra parcela vem se colocando por realizar assembleias e outros encontros apenas aos sábados, apoiando-se na pressão que o governo e diretores de escolas fazem sobre os professores, em particular os contratados e os que aderiram ao PEI.

Como se vê, são inúmeros os obstáculos que dificultam a organização de um poderoso movimento contra a Reforma do Ensino Médio, a BNCC e o EaD. O que facilitou e vem facilitando a ofensiva do governo, de desmonte da educação pública e gratuita.

Pela revogação da contrarreforma!

A Corrente Proletária também não separa esse combate da luta contra a privatização da educação. O que significa erguer um movimento pela estatização de todo o ensino, em todos os níveis, sob o controle de quem estuda e trabalha. Não é possível defender a educação pública sem se colocar pela estatização. É por meio dessa luta que a Corrente Proletária se coloca pela bandeira: por um único sistema de ensino, público, gratuito, laico e voltado à produção social.

Esse combate começa pela mobilização da categoria, com a organização dos trabalhadores nas regiões, erguendo os comitês nos bairros, realizando as reuniões de representantes nas subseções e convocando a assembleia estadual presencial, com um chamado massivo. É preciso trabalhar para que os estudantes, que têm demonstrado grande insatisfação com o “Novo Ensino Médio”, se incorporem a essa luta. Os trabalhadores da Educação municipal de SP também estão sendo atingidos pela contrarreforma, ainda que sejam poucas as unidades de ensino médio na rede, pois o ensino integral, o EaD, a precarização e a privatização são marcas da política geral de destruição do ensino empunha da pelos capitalistas e seus governos. É preciso unificar todos os explorados num só movimento.

É preciso que o ato convocado para o dia 22 de março se converta em assembleia e manifestação, para que possamos organizar a resistência coletiva. É necessário paralisar as escolas nesse dia e colocar milhares de trabalhadores, de jovens e suas famílias nas ruas para protestar. Os estudantes precisam retomar o caminho das ocupações e precisam reerguer os grêmios livres e independentes. O movimento precisa ir além da denúncia do fracasso do “Novo Ensino Médio” e se unificar com o movimento mais amplo dos oprimidos do país, defendendo as bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos.

Que as direções sindicais e estudantis convoquem as assembleias para organizar o Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua contra a Reforma do Ensino Médio, o ensino a distância e a privatização.

Que a Apeoesp, o Sinpeem e Afuse realizem as assembleias no Dia Nacional de Luta, antecedendo a manifestação de rua, visando a unificação de trabalhadores da educação, estudantes e pais.



CURSO

UM ANO DE GUERRA NA UCRÂNIA

Posição internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Campanha pelo fim da Guerra

Sé - São Paulo
12 DE MARÇO
15H



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Entre em contato para participar:



pormassas.org



massas.por



(11) 9 5446-2020